

Trabalho 001- Estratégias oficiais de reorientação da formação profissional em saúde: contribuições ao debate.

1.Introdução

As pesquisas e os investimentos que influenciaram as mudanças nas propostas para a formação em saúde, tiveram como objetivo final não só uma maior qualificação do profissional em serviço, mas uma formação que levasse em conta as necessidades sociais e epidemiológicas da população e uma gestão da educação em saúde que implicasse todos os atores sociais responsáveis por esse processo.

Neste trabalho tecemos algumas considerações acerca da temática da Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, a partir da análise das propostas do Ministério da Saúde (MS) para formação de profissionais de saúde em nível superior. Tal análise vai focar o Estágio de Vivência na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS), o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde) e a Residência Multiprofissional em Saúde como estratégias de educação permanente em saúde. Estratégias essas, que expressam não somente uma opção didático-pedagógica, mas uma opção político-pedagógica.

Para tanto, buscou-se entender os conceitos de educação permanente e educação permanente em saúde, bem como, a descentralização como eixo estruturante do Sistema Único de Saúde, para analisar a real capacidade dos municípios de participar das arenas de negociação da formação profissional com igualdade de condição em relação aos demais atores sociais que participam do processo.

Identificamos que esse momento se coloca favorável para a análise das propostas para a formação superior, visto que, tais propostas são apontadas como mecanismos de reorientação da formação profissional em saúde, buscando viabilizar as transformações das práticas e o redirecionamento do modelo assistencial.

2. Objetivos

A partir desta compreensão e entendendo a importância da articulação das três esferas de governo para a viabilização desse processo, buscou-se nesse trabalho destacar o papel dos Municípios. Levando em consideração a importância deste ente federado nas propostas de reorientação da formação profissional que imprimam uma mudança substancial no modelo assistencial.

Desta forma, se torna imprescindível compreender as propostas para a formação dos profissionais de saúde de nível superior, através dos programas, e como essas propostas se relacionam com os conceitos de educação permanente e educação permanente em saúde, e com a política de saúde no Brasil. Questiona-se, em que medida os municípios estão devidamente instruídos e articulados para a gestão e operacionalização da política e qual a capacidade de vocalização destes nas arenas de negociação da Política Nacional de Educação em Saúde.

Assim, a pesquisa busca explicitar qual é a direção das propostas, suas contradições e nuances quando inserida no contexto maior da política nacional de saúde, bem como, proporcionar uma reflexão sobre as atuais implicações da participação desarticulada e ainda frágil dos municípios, na gestão e operacionalização da educação permanente.

3. Método

A análise das propostas do Ministério da Saúde para a formação de nível superior foi realizada mediante leitura dos documentos elaborados pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/Ministério da Saúde, revisão da literatura sobre a temática e da bibliografia referente às políticas sociais. Delimitou-se, como período de análise, as portarias, leis,

decretos e editais referentes aos programas PET-Saúde, PRÓ-Saúde e a Residência Multiprofissional lançados entre janeiro/2005 a janeiro/2009.

Já a análise da relação dos municípios com a implantação das propostas foi possibilitada por estudos de documentos referentes ao tema, e por pesquisa de campo, através de entrevista com atores envolvidos no processo de gestão da descentralização.

A construção do referido objeto de estudo, foi possível mediante revisão da produção acadêmica: monografias e artigos relacionados ao tema; organização e análise dos documentos oficiais – leis, decretos e portarias, na perspectiva de identificar como são explicitadas as principais diretrizes e característica da política de saúde na década de 90 e como a política de educação permanente se relaciona com essas questões; análise dos documentos oficiais – leis, decretos, portarias, documentos de referência, no sentido de identificar o papel dos municípios no processo de descentralização das políticas de educação permanente, indicando limites e possibilidades de atuação desta esfera de governo.

A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho baseou-se principalmente na análise de documentos públicos, tentando identificar os argumentos, as premissas, objetivos e público-alvo das políticas de gestão da educação na saúde, com ênfase nas propostas para a educação permanente em saúde. Perelman (1999), citado por Vieira (2006), coloca que esse tipo de análise caracterizado pela organização dos documentos, nos possibilita identificar as estratégias empreendidas na construção dos ideários e das práticas.

Trata-se, portanto, de um estudo de base bibliográfica e documental, tentando identificar os argumentos, as premissas, objetivos e público-alvo das políticas de gestão da educação na saúde, com ênfase nas propostas para a educação permanente em saúde. Evidencia-se que para a construção de um projeto de educação permanente em saúde que leve em consideração as necessidades dos profissionais de saúde, dos gestores, dos usuários e que fortaleça em última instância o Sistema Único de Saúde/SUS, é fundamental inserir tal projeto na discussão teórica maior, que possibilita o entendimento de todos os rebatimentos políticos, econômicos, sociais e culturais sofridos pela política de saúde.

4. Resultados

Assim, através deste estudo procuramos compreender as propostas para a formação dos profissionais de saúde de nível superior, através dos programas oficiais de reorientação da formação profissional, e como esses programas são entendidos e operacionalizados pelo ente municipal.

Apontamos como de extrema relevância a implementação dos programas oficiais de reorientação da formação profissional tais como: (Estágio de Vivência na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS), o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde) e a Residência Multiprofissional em Saúde). As mudanças, ainda que induzidas pelo fator do financiamento são identificadas facilmente, porque vão proporcionar rebatimentos na qualidade dos serviços prestados a população.

Contudo, identificamos uma fragilidade dos municípios na elaboração de propostas para a educação permanente, bem como, dificuldades na articulação com os outros atores sociais envolvidos no processo. Apesar do processo de descentralização na saúde ter sido considerado uma conquista, as diferentes realidades encontradas no país nos colocam desafios. E tais desafios precisam ser enfrentados para que seja possível construirmos estratégias que proporcionem uma formação qualificada para a gestão e operacionalização do Sistema Único de Saúde.

A restrita autonomia para a definição das políticas e das prioridades de ação dos municípios e o papel da esfera estadual, também se coloca como um empecilho para uma gestão mais qualificada da educação em saúde. Os programas previamente formatados, por vezes, não permitem uma adequação dos conteúdos para as diferentes realidades locais. E a ausência da atuação do ente estadual como um consultor técnico em primeira instância, também dificulta a ação da gestão municipal na formação e educação em saúde.

5. Conclusão

Propomos ao final uma contribuição ao debate entendendo a importância dos municípios no processo de construção das propostas de

educação permanente em saúde e adesão aos programas de reorientação da formação profissional em saúde. Afinal, consideramos a estratégia da Atenção Básica como eixo reorganizador do sistema de saúde brasileiro.

Tal estratégia foi elaborada a partir do diagnóstico de que existe um descompasso entre a formação profissional de nível superior para a saúde e as diretrizes e necessidades dos SUS. A excessiva especialização dos profissionais, a má distribuição geográfica destes, e o não respeito pela demanda epidemiológica e social da população, são as principais questões, que levaram a afirmação da necessidade de mudança na orientação da formação. Os princípios constitucionais, os novos enfoques teóricos e de produção tecnológica no campo da saúde, exigem novos perfis profissionais e o comprometimento por parte dos atores sociais envolvidos na formação profissional. Desta forma, a participação do município como ente federativo mais próximo na assistência a população, é fundamental, para cumprir o papel de indutor de mudança.